

Joelma Lilian Da Silva

**OS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
NUMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE:**

o papel da educação física na formação do técnico de nível
médio

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Universidade Federal de Minas Gerais

2011

Joelma Lilian Da Silva

**OS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NUMA
ESCOLA PROFISSIONALIZANTE:
O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE NÍVEL
MÉDIO**

Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Ângelo Gariglio

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Universidade Federal de Minas Gerais
2011

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Monografia de Graduação Intitulada *“Os Processos de Legitimação da Educação Física numa Escola Profissionalizante: O Papel da Educação Física na Formação do Técnico de Nível Médio”*, de autoria de Joelma Lilian da Silva, como requisito parcial a obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Prof. Dr. José Ângelo Gariglio – Orientador

Depto de Educação Física / Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia
Ocupacional / UFMG.

Profa. Dra. Ivana Montandon Soares Aleixo

Depto de Esportes / Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
/ UFMG.

Belo Horizonte,

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar os processos de legitimação da Educação Física numa escola técnica de nível médio da rede federal de ensino. Para isso foi escolhida a técnica de coleta de dados como instrumento da pesquisa. Realizou-se então uma análise dos diversos documentos da própria instituição e de documentos que regulamentam a educação profissional encontrados no site do Ministério da Educação, além de uma entrevista com seis professores da instituição que se dispuseram a participar da pesquisa. As informações obtidas por meio das entrevistas foram organizadas em três eixos: “A Educação Física na formação do trabalhador”, “A proposta pedagógica e suas contribuições para a formação do aluno do ensino médio de nível técnico”, e, “A Educação Física: prestígio no currículo da instituição”. Os resultados indicam que não há uma justificativa concreta que legitime a presença da Educação Física na instituição pesquisada. E que estão sendo desenvolvidas medidas, por parte dos professores da disciplina, para se tentar legitimar a Educação Física no currículo da escola.

Palavras – Chave: Legitimidade. Educação física. Ensino médio. Ensino técnico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	8
2. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	8
2.2. Processo de formação humana através de um currículo integrado.	13
2.3. Pressupostos para a legitimidade da Educação Física em uma EPT.	18
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	22
3.1. Estudo de caso do tipo qualitativo	22
3.2. Os sujeitos e o lugar da pesquisa.	23
3.3. Procedimentos	24
4. ANÁLISE DOS DADOS	25
4.1. A Educação Física na formação do trabalhador.....	25
4.2. A proposta pedagógica e suas contribuições para a formação do aluno do ensino médio de nível técnico.	31
4.3. A Educação Física: prestígio no currículo da instituição	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6. REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES	45
Apêndice I	45
Apêndice II	46

1.0. INTRODUÇÃO

A partir de uma concepção fundamentada na perspectiva da legitimidade da Educação Física (EF), procurou-se construir um discurso sobre o papel da EF na formação do técnico de nível médio da rede pública de Educação Profissional.

Dentre as diversas instituições que ofertam as modalidades técnicas de nível médio, este trabalho terá como foco uma instituição pública federal que possui de forma integrada a Educação Profissional Técnica e o Ensino Médio. A Educação Física faz parte da educação básica de nível médio que deve ser ministrada para todos os alunos que queiram ter uma habilitação técnica. Percebendo então que existe uma articulação entre a Educação básica de nível médio e a Educação Profissional Técnica (EPT), vários serão os pontos abordados ao longo da pesquisa que irão descrever o percurso necessário para se compreender a legitimação da Educação Física dentro deste espaço.

Num primeiro momento, para que possamos “delimitar” tal percurso, será necessário, fazer uma reflexão sobre o contexto da Instituição Federal de Educação Profissional Técnica de nível médio que está sendo utilizada como objeto de estudo. Os Decretos, Resoluções e Pareceres serão alguns dos documentos analisados para entender como se consolidou a EPT no Brasil, e também, como ela se estrutura e se organiza na escola.

Será de grande importância discutir a relação entre a educação e o trabalho, a educação que o indivíduo terá para o trabalho e o trabalho como um princípio educativo, a trajetória e a formação humana que se obteve através dessa relação ao longo do tempo até a atualidade. O trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são itens indissociáveis, que também serão debatidos por serem considerados importantes na formação humana, logo serão indispensáveis para a discussão da formação profissional.

Num segundo momento será feita, principalmente através de entrevistas realizadas com os professores da instituição, objeto deste estudo, uma análise sobre em que medida a Educação Física pode contribuir para a formação do indivíduo que se prepara para a inserção no mercado profissional.

Como a Educação Física está presente no cotidiano escolar? Quais são as suas contribuições para os alunos que estão em processo de formação? A EF

possui uma relação direta com a formação técnica? Quais seriam as proximidades e as distâncias entre a EF e a EPT? Essas são algumas das questões que serão discutidas/refletidas acerca das relações entre a Educação Física e a Educação Profissional Técnica, pois essa só se torna legítima quando há uma compreensão sobre seu papel na escola e quando é reconhecida sua importância na formação do indivíduo.

2.0. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

2.1. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Conhecer um pouco da história da educação profissional no Brasil, desde seus primórdios, nos ajuda a compreender as várias discussões feitas atualmente a seu respeito, as diversas fases que contribuíram para sua concretização, e como ela está presente nas diversas instituições que a oferecem. Analisar o histórico da Educação Profissional será útil para que se possa refletir sobre a legitimidade da Educação Física presente atualmente nas Escolas que possuem o ensino técnico de nível médio.

De 1809 até o início do século XX várias escolas foram criadas com um propósito assistencialista, oferecendo um letramento básico e o aprendizado de algum ofício, a chamada “formação profissional”. Essa formação de acordo com Kuenzer (1992, p.12), se destinava a “preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos de sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional”.

A partir de 1906 o governo passa a se preocupar com a formação profissional que os indivíduos estavam recebendo. O caráter assistencialista ainda não deixou de existir neste momento, mas a formação profissional começa a conquistar interesse por parte dos governantes. Dessa forma são criados os primeiros cursos profissionais, juntamente com uma política de incentivo, de encargo dos Ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio.

A história da educação profissional, segundo Kuenzer (1992) teve início em 1909, quando foram criadas 19 escolas de aprendizes artífices, distribuídas em diferentes regiões e mantidas pelo próprio estado, marcando assim a implantação do ensino técnico. Essa forma de ensino se dava de forma paralela ao sistema de ensino regular, essas instituições eram voltadas basicamente para o ensino industrial.

Cunha¹ (1977, *apud* Kuenzer,1992) mostra que apesar de ofertar a educação profissional aos indivíduos pobres e marginalizados, não se deve acreditar que o governo pretendia qualificar mão de obra para trabalhar nas indústrias que estavam surgindo nessa época no Brasil. Em muitos estados onde eram disponibilizados os ensinos profissionalizantes o ensino profissionalizante não haviam indústrias.

Logo, o governo não estava preocupado em dar o ensino profissionalizante para que os indivíduos trabalhassem nas indústrias que surgiam, mas essa teria sido a melhor forma encontrada de dar assistência aos desafortunados.

A partir da década de 20 começaram a surgir diversos debates entre grupos de educadores e algumas comissões organizadas, propondo a extensão do ensino profissional a todos os indivíduos, e não limitando essa formação como assistencialismo aos pobres. Devido a essa mudança de percepção sobre o ensino profissional surgiram o Ministério da Educação, Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio, a Associação Brasileira de Educação (ABE), o Conselho Nacional de Educação, a reforma educacional Ministro Francisco Campos.

A década de 40 pode ser considerada como um dos importantes momentos de modificação e concretização do ensino profissional, principalmente por ter surgido nesse período a necessidade de uma mão de obra qualificada. Em 1942 foram aprovadas as Leis Orgânicas, também conhecidas como Reforma Capanema, do Ensino Secundário e do Ensino Industrial. Essas Leis foram definidas com o intuito de organizar o ensino profissional, tornando-o um dever do Estado juntamente com a colaboração de empresas e dos sindicatos, e também proporcionou a criação de instituições especializadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no mesmo ano, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946. As antigas escolas de aprendizes artífices se tornaram escolas técnicas federais, e o Governo Vargas determinou dois Decretos, um estabelecendo os conceitos de “menor aprendiz”, e o outro sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”.

Apesar das modificações ocorridas nesse período que favoreceram a consolidação da educação profissional, esta ainda sofria certo “preconceito” sendo

¹ CUNHA, Luiz Antonio. A profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977. 197p.

considerada uma educação inferior. De acordo com a passagem do Parecer CNE/CEB nº 16/99², são claras as diferenciações entre ensino secundário e profissional, e a qual classe se destinavam:

No conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional, o objetivo do ensino secundário e normal era o de “formar as elites condutoras do país” e o objetivo do ensino profissional era o de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho. (Parecer CNE/CEB nº 16/99, página 8).

Mesmo com todas as mudanças não existia uma paridade entre os ensinos. Quem fazia o ensino secundário visava continuar seus estudos acadêmicos no nível superior, e quem realizava o ensino profissional era designado ao trabalho.

A partir da Lei Federal nº 1.076/50 é que se começa a ter uma confluência entre as duas formas de ensino. Essa Lei permitia que os indivíduos formados no ensino profissional continuassem seus estudos no nível superior, desde que realizassem um teste para provar que detinham conhecimentos sobre disciplinas não cursadas no ensino profissional. Somente com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, Lei Federal nº 4.024/61, houve uma equivalência entre todos os cursos de mesmo grau não havendo mais necessidade de exames para dar continuidade aos estudos.

Na década de 70 foi criada a Lei Federal nº 5.692/71 que modificou a Lei Federal nº 4.024/61 introduzindo de forma generalizada a educação profissional no ensino do segundo grau. Não se teve uma preocupação com a carga horária da educação base, houve uma falta de organização das escolas de ensino técnico, e uma perda das características das escolas de ensino secundário do estado e dos municípios, além disso as escolas da rede pública não receberam o apoio necessário para oferecer um curso de qualidade, no nível que era exigido pelo desenvolvimento do país. Criou-se também uma falsa imagem de que a formação profissional resolveria os problemas de emprego, e assim surgiram vários cursos que não seriam necessários às demandas reais da sociedade.

A lei federal nº 5.692/71, que reformulou a Lei Federal nº 4.024/61 no tocante ao então ensino de primeiro e de segundo graus, também representa um capítulo marcante na história da educação profissional, ao generalizar a profissionalização no ensino médio, então denominado

² http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf. Acesso em: 23/05/2011.

segundo grau. Grande parte do quadro atual da educação profissional pode ser explicada pelos efeitos dessa lei. Desse quadro não podem ser ignoradas as centenas e centenas de cursos ou classes profissionalizantes sem investimentos apropriados e perdidos dentro de um segundo grau supostamente único. Dentre seus efeitos vale destacar: a introdução generalizada do ensino profissional no segundo grau se fez sem a preocupação de se preservar a carga horária destinada à formação de base; o desmantelamento, em grande parte, das redes públicas de ensino técnico então existentes, assim como a descaracterização das redes do ensino secundário e normal mantidas por estados e municípios; a criação de uma falsa imagem da formação profissional como solução para os problemas de emprego, possibilitando a criação de muitos cursos mais por imposição legal e motivação político-eleitoral que por demandas reais da sociedade. (Parecer CNE/CBE nº16/99, página 9).

Todos esses fatos se tornaram menos graves com a criação da Lei Federal nº 7.044/82, onde a formação profissional no segundo grau se tornaria facultativa. Porém essa Lei não resolveu todo o problema. A partir de então várias escolas resolveram deixar de oferecer a formação profissional e passaram a oferecer somente o ensino de segundo grau.

Com a Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB³ – a educação profissional deixa de ser entendida, definitivamente, como uma educação assistencialista para a população de classe social baixa, e também, como uma forma de preparar mão de obra para o trabalho nas indústrias. Como citado no parecer CNE/CEB nº 16/99, a educação profissional passa a ser mais valorizada por deixar de sofrer “preconceito” pela sociedade, que até então a limitava ser digna por somente uma parte da população.

A lei federal nº 9.349/96, atual LDB – Lei de diretrizes e bases da educação nacional – configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania. A LDB dispõe, ainda, que a “educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Essa concepção representa a superação dos enfoques assistencialista e economicista da educação profissional, bem como do preconceito social que a desvalorizava. (Parecer CNE/CBE 16/99, página 10).

Pode-se perceber que a partir de então começa a existir maior preocupação com o indivíduo, com a formação do ser humano que estará desempenhando diversos papéis importantes na sociedade e no mundo do trabalho.

³ <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 01/06/2011.

A educação básica se torna fundamental para que ocorram no futuro os outros aprendizados, seja a de técnico de nível médio, de graduação tecnólogo ou de nível superior. Não existe uma concorrência entre os níveis de educação, pelo contrário o que se percebe é uma tentativa contínua de integrar as várias formas de ensino.

Através do artigo 21 da LDB/96 pode-se perceber uma tentativa de se estabelecer vínculos entre a Educação Profissional e a fase final da educação básica – ensino médio. De acordo com o artigo 39 da LDB, atualizada no ano de 2010, “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

Apesar de a LDB tratar da Educação Profissional nos diferentes níveis de ensino e modalidades de educação, este estudo terá enfoque prioritariamente sobre a educação profissional de nível técnico, visto que o objetivo é o de analisar como a Educação Física se legitima, sendo ela um componente curricular obrigatório da educação básica presente em um ambiente onde terá uma articulação com a educação profissional.

A educação profissional de nível técnico se apresenta de duas maneiras de acordo com o artigo 36-B “articulada ao ensino médio, e, subsequentemente em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio”. No artigo 36-C⁴ da LDB:

A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do *caput* do art. 36-B desta lei, será desenvolvida de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Lei Federal nº 9.394/96, LDB, 2010, p.31).

O Aluno que concluiu o ensino fundamental e ingressou no ensino médio de nível técnico integrado terá então acesso tanto a formação na educação básica

⁴ Presente na última atualização da LDB em 2010. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1. Acesso em: 30/05/2011.

quanto na educação profissional. Ou seja, as duas formas de educação interagindo de maneira a contribuir com a formação do indivíduo que irá atuar em um mundo globalizado e competitivo por um lado, e por outro, seus valores como cidadão perante a sociedade. Dessa forma, se torna importante compreender como que o ensino integrado de nível médio contribuirá na formação do indivíduo.

2.2. Processo de formação humana através de um currículo integrado.

O ensino integrado da educação básica com a educação profissional contribui para a formação do sujeito que irá atuar no mundo do trabalho. Cada educação manterá a sua identidade, mas trabalharão juntas no intuito de que uma complementar a outra, como mostra o seguinte trecho do Parecer CNE/CBE 16/99⁵:

O termo articulação, empregado no artigo 40 da LDB, indica mais que complementaridade: implica em Intercomplementaridade mantendo-se a identidade de ambos; propõe uma região comum, uma comunhão de finalidades, uma ação planejada e combinada entre o ensino médio e o ensino técnico. Nem separação, como foi a tradição da educação brasileira até os anos 70, nem conjugação redutora em cursos profissionalizantes, sucedâneos empobrecidos da educação geral, tal qual a propiciada pela Lei Federal nº 5.692/71. (Parecer CNE/CBE 16/99, pagina 17).

Ainda de acordo com o parecer CNE/CBE 16/99, as novas tecnologias têm influenciado na vida e no cotidiano das pessoas. Dessa forma há um movimento de aproximação entre o trabalho e a vida pessoal, cultural e social. E será este movimento que dará sentido na articulação entre a educação profissional e o ensino médio atualmente. O parecer ainda mostra que essa articulação possui dois significados importantes:

De um lado afirma a comunhão de valores que, ao presidirem a organização de ambas, compreendem também o conteúdo valorativo das disposições e condutas a serem constituídas em seus alunos. De outro, a articulação reforça o conjunto de competências comuns a serem ensinadas e aprendidas, tanto na educação básica quanto na profissional. (Parecer CNE/CBE 16/99, pagina 17).

⁵ http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf. Acesso em: 23/05/2011.

Saviani (2007)⁶ tenta delinear em seu texto, inspirado em reflexões sobre o trabalho como princípio educativo e observando a condição da sociedade brasileira atual, a conformação do sistema de ensino. Para ele:

[...] no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo. (Saviani, Revista Brasileira de Educação, v.12 nº34, 2007, p.160).

Dessa forma os alunos no ensino médio desenvolveriam “os processos práticos básicos da produção” sem simplesmente reproduzir o que ocorre no processo produtivo, possibilitando assim “o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas”, formando politécnicos e não indivíduos especializados em somente um ramo da área do conhecimento. (Saviani 2007)⁷.

Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. (Saviani, D. Revista Brasileira de Educação, v.12 nº34, 2007, p.161).

O trabalho seria um princípio educativo, ou seja, o próprio trabalho ensinando o indivíduo que estará atuando em uma determinada área. Este pensamento parece contrariar os ideais expressos na LDB, em que a educação básica e a educação profissional juntas contribuiriam para a formação para o trabalho. Pode-se dizer então que existe uma dualidade entre uma educação para o trabalho, e o trabalho que educa.

⁶ <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. 02/06/2011.

⁷ Idem.

Analisando os vários pareceres que são encontrados na página da web do Ministério da Educação⁸, mais precisamente no portal da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), há uma preocupação com a formação humana integrada do indivíduo, com base em todas as dimensões da vida no processo educativo, visando assim uma formação omnilateral, ou seja, uma formação abrangente, do indivíduo como um todo. Essas dimensões são o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Como apresentado no texto sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPT)⁹, encontrado no portal da SETEC, a formação integrada do indivíduo tende a superar a questão de divisão social do trabalho entre os que executam as tarefas e os que a planejam, e também, a de não reduzir a educação apenas como uma preparação para o trabalho:

A idéia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. (DCNEPT, 2010, p. 40).

Para essa formação são necessários alguns pressupostos sobre as relações sociais. O primeiro é o de compreender os indivíduos presentes na sociedade como sujeitos de transformação, que atuam no mundo através do trabalho e que também produzem conhecimento.

A educação e o trabalho sempre estiveram presentes na vida do ser humano, "são atividades especificamente humanas" e isso significa que "apenas o ser humano trabalha e educa". (Saviani, 2007)¹⁰

Essa relação surgirá desde o início da existência do ser humano na terra, pois o homem tem que conseguir sobreviver no ambiente, logo ele terá que trabalhar

⁸ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=286&Itemid=799. Acesso em: 20/02/2011.

⁹ Documento que debate as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12924:artigos&catid=190:setec. Acesso em: 10/04/2011.

¹⁰ <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso 02/06/2011.

no meio em que está inserido para garantir a sua existência. Juntamente a isto o homem também se educa e educa os outros, não é uma educação escolar, mas uma educação que possa contribuir para sua sobrevivência, conforme cita Saviani:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (Saviani, D. Revista Brasileira de Educação, v.12 nº34, 2007, p.154)

Os indivíduos não existiriam se não houvesse a capacidade de produzir no meio em que vivem. Ao mesmo tempo, junto com essa capacidade, ocorre o processo do conhecimento. Dessa forma para Soares e Trindade (2007)¹¹ o trabalho é uma mediação ontológica e histórica na produção do conhecimento do ser humano:

O princípio educativo do trabalho é uma temática muito debatida entre estudiosos dedicados a estudar as relações entre Trabalho e Educação. As bases teórico-metodológicas desta linha de investigação nos remetem ao trabalho como atividade especificamente humana e sua dupla dimensão: ontológica, ou seja, de criação da vida humana e histórica, pois é um processo e sua forma de organização em uma sociedade traz transformações sociais específicas. Assim, o trabalho é uma forma de fazer o homem pensar, portanto tem um princípio educativo. (Soares e Trindade, 2007, p.1)

O segundo pressuposto que está presente nas DCNEPT¹², que também contribuirá para a formação humana do indivíduo, é uma abordagem sobre a dialética da totalidade, em que um conjunto de fatos pode ser compreendido através das várias relações que os constituem. Para Fischer e Franzoi (2009)¹³ é necessário que ocorra na educação profissional uma dialética entre reflexão e ação para que ocorra o processo de humanização. De acordo com estas autoras “ser capaz de agir e refletir – portanto, de transformar a natureza e trabalhar – é garantia

¹¹<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/jussaragtrindadeesolangetoldosoares.pdf>. Acesso em: 05/06/2011.

¹² Documento que debate as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12924:artigos&catid=190:setec. Acesso em: 10/04/2011.

¹³ <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em 05/06/2011.

de entendimento das relações que constituem a realidade e impulsionam o ser humano a agir na perspectiva de sua humanização”. (Fischer e Franzoi 2009, p.44)

¹⁴.

Partindo destes pressupostos, se faz necessário também uma discussão sobre as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, por estarem presentes no processo educativo dos indivíduos, e, portanto estão diretamente ligadas a formação humana.

O trabalho, abordado anteriormente, pode ser compreendido a partir de duas concepções. Em relação à prática econômica, num sentido histórico associado ao modo de produção, e num sentido ontológico- histórico, onde os seres humanos se diferem dos animais por terem a capacidade da razão, transformar o ambiente a favor da própria existência, e também por produzir conhecimentos e culturas entre os diversos grupos sociais.

Essa produção de conhecimentos de maneira sistematizada no processo histórico é o que constitui a ciência. Esses conhecimentos se manifestam quando o ser humano possui uma compreensão entre as relações que irão constituir e estruturar a realidade e dela se apropriar como força produtiva para si. Como demonstrado nas DCNEPT¹⁵:

A ciência, portanto, é a parte do conhecimento sistematizado e deliberadamente expresso na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade considerada. O conhecimento de uma seção da realidade concreta ou a realidade concreta tematizada constitui os campos da ciência, as disciplinas científicas. Conhecimentos assim produzidos e legitimados socialmente ao longo da história são resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. (DCNEPT, 2010, p. 45).

A ciência formará conceitos e métodos que serão passados ao longo do tempo entre as diferentes gerações que também poderão modificá-la permitindo assim uma constante construção de novos saberes. (DCNEPT, 2010)

A tecnologia será expressa pela revolução industrial, o taylorismo, o fordismo e a automação, e terá uma relação com a ciência transformando-a em

¹⁴ <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 05/06/2011.

¹⁵ Documento que debate as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12924:artigos&catid=190:setec. Acesso em: 10/04/2011.

força produtiva. De acordo com as DCNEPT (2010) a ciência e a tecnologia se desenvolveriam juntamente com o processo industrial, ao mesmo tempo em que a tecnologia poderia ser considerada como uma extensão das capacidades humanas, visto que as necessidades surgem dos indivíduos que estão inseridos em um contexto de industrialização, em que cada vez mais se produz bens de consumo que fortalecerão o mercado, aumentando a concentração de riquezas e a desigualdade social.

Os pressupostos e as dimensões até aqui apresentadas ajudam a compreender como deve ser a relação entre o ensino médio e a educação profissional. Mais do que preparar os alunos para o mundo do trabalho, a educação integrada tende a unir a dimensão intelectual ao trabalho produtivo formando pessoas capazes de atuar no mercado e na sociedade. Assim como afirmam as DCNEPT (2010)

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. (DCNEPT 2010, p.42)

2.3. Pressupostos para a legitimidade da Educação Física em uma EPT.

A Educação Física, por ser uma das disciplinas obrigatórias¹⁶ do currículo do ensino médio, poderá desempenhar um importante papel nessa etapa de preparação da formação humana do indivíduo para sua vida profissional e em sociedade. Ela não atuará diretamente na educação profissional do indivíduo, mas ajudará a construir a base para o desenvolvimento dos saberes, dos valores, das competências e da prática.

¹⁶ A Lei 10.793 de 1º de dezembro de 2003, altera a redação do art. 26, par. 3º, e do art. 92 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96), que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Assim o artigo 26º foi redigido expressando o novo texto a seguir: "A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física; IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO); VI – que tenha prole" (BRASIL, 2010, p. 23).

De acordo com Bracht (1999) a inserção da Educação Física no currículo escolar aconteceu devido a uma série de fatores que estavam diretamente ligados a nova ordem social burguesa dos séculos XVIII e XIX. Surge então uma Educação Física Moderna, uma forma sistematizada dos conteúdos, que iria contribuir para a força de trabalho exigida para a produção nas indústrias.

[...] a Educação Física moderna é filha da modernidade. Isso significa que ela surge num quadro social em que a racionalidade científica se afirma como forma correta de ler a realidade, em que o estado burguês se afirma como forma legítima de organização do poder e a economia capitalista baseada na indústria emerge e se consolida. (Bracht 1999, p. 28).

Soares (2001) demonstra em seu texto um dos fatores que contribuíram para essa inserção. Seria uma concepção de que a Educação Física era aplicada nos diversos meios da sociedade para disciplinar os corpos e torná-los saudáveis. Ou seja, a Educação Física em um discurso médico e pedagógico, propiciando uma melhoria nos corpos dos indivíduos para atuar num ambiente capitalista.

Outros fatores são apontados por Bracht (1999), como o de que a Educação Física: prepara o corpo para um trabalho que exige grande esforço físico; está presente na relação entre o Estado e as questões da saúde, promovendo a ideia de bem estar social e diminuindo os gastos com os sistemas de saúde; e perante a questão da ética do trabalho, que se caracteriza como fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, onde o trabalho realiza o homem e o lazer seria apenas uma recompensa.

A Educação Física então, juntamente com a revolução industrial, passa a se caracterizar como um meio de preparar os sujeitos, educando seus corpos de forma a qualificá-los para uma atuação na sociedade e no mercado de trabalho. Dessa forma, de acordo com Santos e Aranha¹⁷

A Educação Física como sendo um dos aspectos fundamentais para a formação humana materializou-se numa proposição pedagógica desse período, cujo objetivo era articular o trabalho no seu sentido produtivo à educação. (Santos e Aranha, 2007, p. 8)

Os fatores apresentados, que legitimavam a Educação Física como disciplina curricular neste período, para Bracht (1999) já não conseguem justificar

¹⁷http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Roger%20carlos%20ferreira%20alves%20santos.pdf. Acesso em: 02/06/2011.

atualmente a inclusão dessa disciplina nas escolas, pois estão em pleno processo de corrosão.

No entanto, no estudo realizado por Gariglio (1997) numa escola que tem a educação básica e profissional integradas, até meados da década de 90 são esses fatores apresentados por Bracht (1999) que estão em processo de corrosão que sustentam a Educação Física e a tornam respeitada dentro da instituição, objeto desta pesquisa.

Alguns argumentos são utilizados por Gariglio (1997) para demonstrar porque a Educação Física se manteve legítima através desses fatores:

O primeiro seria de que a escola teria mantido uma inércia na proposta pedagógica e organizacional, considerada de sucesso e reconhecida pela coletividade escolar, e talvez por isso não valesse a pena pelo corpo docente da instituição trocá-la se adequando as novas necessidades da sociedade, da economia e da cultura.

O segundo é que a Educação Física teria um papel fundamental, mais do que as outras disciplinas, na educação moral e seria a responsável pela a educação corporal dos alunos, visto as especificidades da escola técnica, onde o corpo “é parte importante para as aprendizagens de saberes técnicos”.

Um terceiro argumento estaria relacionado com as aprendizagens sociais e culturais pela Educação Física. Como os alunos passam muito tempo dentro da instituição, a Educação Física seria capaz de contribuir para os momentos de lazer, nas relações sociais, na vivência do prazer, da liberdade, melhorando dessa forma o rendimento escolar, influenciando no autocontrole dos alunos e fazendo com que eles aceitem o controle imposto pela escola.

O Quarto seria que a Educação Física se apresenta no meio escolar como a mais “apta a desenvolver a sociabilidade”, devido a sua especificidade curricular, contribuindo com a “formação para o trabalho na medida em que forneceria saberes e vivências necessárias a quem irá atuar profissionalmente nos contingentes coletivos de trabalho”.

Outro argumento estaria entre a relação da Educação Física e os saberes técnicos. Ambas estariam ligadas à “imediatez”, “inscritos no tempo presente”, não se aprendendo algo no momento para depois realizá-la, vivenciá-la, etc.

Por fim, um dos argumentos que teria maior relevância, o da associação entre a Educação Física e as questões relacionadas à saúde. Ela contribuirá, dentre

vários elementos, para a “melhoria da saúde na escola mediante o desenvolvimento físico dos alunos, a necessidade do relaxamento físico como forma de compensação das atividades escolares e a sua função ergonômica”.

Diante do exposto, dos vários apontamentos até aqui demonstrados que legitimaram a Educação Física como componente curricular, principalmente em uma escola de ensino médio de nível técnico integrada surgem algumas questões. Com as novas exigências do mercado de trabalho, da sociedade, da cultura, e devido à mudança do grupo de docentes ao longo do tempo, os vários fatores e argumentos apresentados conseguem sustentar, atualmente, a legitimidade da Educação Física nesta instituição? O que justificaria a presença da Educação Física nesta instituição? Como a Educação Física é abordada atualmente nessa escola? Qual é a proposta pedagógica utilizada?

Essas são algumas das perguntas que tentarão ser respondidas através das entrevistas realizadas com os professores e também pela proposta pedagógica desta instituição.

3.0. ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1. Estudo de caso do tipo qualitativo

Para a obtenção das informações concernentes ao objeto deste estudo, foi escolhida a abordagem qualitativa, o estudo de caso e utilizados os seguintes instrumentos: Análise documental e entrevista semi-estruturada.

Com o propósito de tentar compreender o que legitima a Educação Física dentro de uma instituição de ensino médio de nível técnico, foi escolhido um enfoque predominantemente qualitativo, pois segundo Richardson¹⁸ (1999 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2008) “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamento”. Por isso, este enfoque permitirá uma profunda e detalhada análise dos dados coletados e dos textos lidos.

Segundo Ludke e André (1986) o interesse do estudo de caso está na particularidade, ou seja, na singularidade do caso escolhido, mesmo que este reflita algo comum a outros estudos. Eles visam à descoberta, o retrato da realidade de forma profunda e utilizam várias fontes de informações. Com o objetivo de realizar um trabalho que poderá refletir uma unidade dentro de um sistema maior, o estudo de caso se torna um importante instrumento, pois os dados encontrados por meio deste estudo podem ser úteis para uma tentativa de se apontar argumentos concretos que possam justificar a presença da Educação Física no currículo de uma escola de ensino médio de nível técnico.

A Técnica de entrevista semi-estruturada, neste caso foi utilizada a fim de permitir um maior aprofundamento dos pontos das questões levantadas durante a realização da entrevista. Segundo Ludke e André (1986, p.34) “A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os

¹⁸ RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa social: Métodos e técnica. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

mais variados tópicos”. Dessa maneira a entrevista se torna a melhor opção para o estudo deste caso.

A análise documental, embora pouco explorada na área de educação, segundo Ludke e André (1986), foi utilizada, pois esta pode contribuir para complementar informações ditas pelos professores e também podem ser encontradas evidências que fundamentem afirmações feitas ao longo do estudo.

3.2. Os sujeitos e o lugar da pesquisa.

Inicialmente, por se tratar de uma escola em que a educação básica se relaciona com a educação profissional, ou seja, uma instituição que possui o ensino médio integrado ao ensino técnico, seriam entrevistados: um grupo de professores da disciplina de Educação Física, um grupo de professores de alguns cursos técnicos (aproximadamente quatro cursos), um grupo de pedagogas, e os principais administradores da instituição. A intenção era o de verificar através da fala dos diferentes sujeitos entrevistados o porquê a Educação Física pode ser importante para a formação do aluno e como ela contribui para essa formação. Esses quatro grupos foram escolhidos porque todos corroboram para a formação e execução da proposta curricular existente na instituição, e a educação física é uma das disciplinas que está presente neste currículo.

No entanto, houve certa dificuldade (e resistência de participação de alguns) em marcar entrevistas com os professores dos cursos técnicos, as pedagogas, e os principais administradores da instituição, portanto, foram realizadas entrevistas somente com os professores da disciplina de Educação Física.

Dentre este grupo só foram entrevistados professores efetivos, desconsiderando os professores contratados, pois estes permanecem pouco tempo na instituição, cerca de dois anos, e, por essa razão, seria interessante a fala de professores que acompanham há mais tempo o processo de legitimação da Educação Física dentro da instituição. Alguns dos professores efetivos se recusaram a participar da pesquisa, outros se encontravam fora da instituição para conclusão de cursos de pós-graduação, e devido a isso, somente seis professores concordaram em ser entrevistados.

Os sujeitos da pesquisa e o local de realização não foram identificados e todos os professores que participaram da pesquisa assinaram e receberam um documento de consentimento livre esclarecido.

3.3. Procedimentos

Utilizou-se como instrumento de pesquisa a técnica de coleta de dados através de análise documental e entrevistas visando alcançar os objetivos do estudo.

Entre os documentos analisados foi utilizada a proposta pedagógica atual da disciplina de Educação Física, o currículo da instituição de alguns cursos técnicos, alguns regulamentos encontrados no site da própria instituição, além de consultar alguns autores que tratam da questão da educação profissional integrada a educação básica, diversas resoluções, pareceres, e documentos que regulamentam o ensino médio de nível técnico presente no site do Ministério da Educação (MEC).

Esses documentos contribuíram para analisar a fala dos professores e o que de fato ocorre na instituição, como é justificada a presença da Educação Física neste espaço.

A entrevista foi organizada de forma semi-estruturada, permitindo que os professores entrevistados respondessem as questões elaboradas e também a possíveis questões que surgissem ao longo do procedimento, e assim, obter material suficiente para atingir os objetivos da pesquisa.

Os professores foram enumerados de acordo com a ordem da entrevista.

Serão identificados pela letra "P" (Professor), por um número, e pela letra "M" (masculino), ou, "F" (feminino). Dessa forma: P1(M), P2(M), P3(M), P4(M), P5(F), P6(M).

4.0. ANÁLISE DOS DADOS

Dos professores entrevistados todos passaram pelo concurso público para o cargo de professor, mas já ocuparam diferentes funções dentro da instituição, como por exemplo, coordenador de eventos esportivos, chefe do departamento de Educação Física, coordenador do segundo grau, gerente de apoio ao ensino, diretor de sede, diretor geral, coordenador da Educação Física, assistente de chefia, coordenador de terceiro grau, professor do curso de turismo área do lazer.

Com relação ao tempo de trabalho no cargo de professor na instituição cada um tem: P1. 21 anos, P2. 28 anos, P3. 12 anos, P4. 20 anos, P5 15 anos, P6 20 anos.

4.1. A Educação Física na formação do trabalhador

Como citado anteriormente, a Educação Física é obrigatória no ensino básico, através da Lei 10.793 de 1º de dezembro de 2003, que altera a redação do art. 26, par. 3º, e do art. 92 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96). Mas para além dessa obrigatoriedade, é necessário se perguntar o porquê da presença dessa disciplina na escola e de que forma ela poderá contribuir na formação do aluno.

Neste caso, por se tratar de uma instituição de ensino médio de nível técnico integrado, quais seriam as contribuições da Educação Física para a formação dos alunos que estão adquirindo um conhecimento técnico para atuar no mercado de trabalho?

Ao se fazer esse questionamento aos professores, de qual seria a importância da Educação Física na formação do trabalhador, e porque a Educação Física poderia contribuir para essa formação, foram obtidas respostas que tiveram o mesmo eixo central, mas com enfoques diferentes.

O eixo central seria de que a Educação Física contribui para a formação geral do indivíduo, e assim, contribuirá para a formação do trabalhador. Para isso são apresentados diferentes argumentos sobre de que maneira a Educação Física deve ser abordada para essa formação.

De acordo com P1, a Educação Física ajuda na formação do trabalhador através da própria prática, e dessa forma os alunos aprendem as questões de valores, a terem disciplina, a serem responsáveis, a trabalharem em grupo, além de aprenderem questões referentes à saúde. Todos esses pontos serão, de acordo com P1, importantes para que o aluno saiba como desenvolver seu trabalho no mercado de forma compromissada, sabendo se relacionar com os outros indivíduos, e também, a como cuidar da própria saúde de acordo com seu ambiente de trabalho.

É tem parte geral da Educação Física que transmite isso. Vários valores que são passados com práticas da Educação Física. E a gente destaca que é a disciplina, a educação da disciplina. A Educação Física transmite isso, é uma disciplina para fazer a própria prática, a própria aula, a questão de horários, de responsabilidades. Tem uma parte importante científica que o trabalhador, que ele, na área de saúde, a gente passa conhecimentos, dessa área de saúde. É conhecimentos de alimentação, exercícios físicos, de fisiologia, para eles, por exemplo, no futuro um trabalhador saudável. E até mesmo a questão de postura, ergonomia, conforme o trabalho que ele vai fazer, como por exemplo, se ele for trabalhar em uma oficina mecânica, em relação à saúde, a postura, o trabalho de carregar peso, de manusear equipamentos. Então eu acho importante, e, por exemplo, aqui nós temos as competições também que desenvolvem algumas qualidades que eu já falei de disciplina, de superação, de trabalho em grupo, de respeito aos colegas, e isso tudo futuramente tem no ambiente de trabalho também. Ter que superar os obstáculos do trabalho, ter uma organização, uma disciplina de horários, ter um compromisso com os colegas, um compromisso com a chefia, é do jeito que a Educação Física trabalha a gente transmite conhecimentos ali que podem ser importantes para a pessoa. (P1 – Entrevista: 10/2010)

Para P2 são somente dois pontos que tornam a Educação Física importante na formação do indivíduo: a questão do lazer e da saúde, sendo esta a principal, o que o diferencia da fala de P1.

[...] a Educação Física realmente tem função muito mais na questão de saúde quando se fala de trabalhador. Mas é claro que a parte de lazer conta, mas eu acho que a maior contribuição é a saúde. (P2 – Entrevista: 10/2010).

A fala de P3 vai de encontro com a fala de P1 no sentido de desenvolver com os alunos a questão do trabalho em grupo e dos compromissos que eles devem ter no ambiente de trabalho. Seriam pontos principais a serem desenvolvidos na formação geral para se almejar então a formação do trabalhador.

No meu entendimento a formação geral, a Educação Física tem uma grande contribuição na formação geral. Porque a formação geral, hoje o trabalhador precisa da questão do trabalho em equipe, da questão da do respeito dos limites, principalmente do trabalho em conjunto. [...]. (P3 – Entrevista: 11/2010).

O professor 4 acredita que a Educação Física é um instrumento para se desenvolver principalmente as questões das relações sociais entre os alunos. Através das atividades, dos esportes, os alunos criariam um conceito, um pensamento crítico sobre vários temas, dentre eles a sexualidade, a diversidade, as diferenças, a autonomia e a alteridade.

[...] a Educação Física eu não tenho absolutamente duvida nenhuma de que ela vai ajudar no processo formativo. De que forma: como um instrumento nesse processo. Para trabalhar sobre tudo as relações sociais. [...] Através da Educação Física trabalhar a sexualidade. A questão de dar a mão, às vezes dois meninos ficam com receio de um dar a mão ao outro você consegue trabalhar isso. A questão da diversidade, das diferenças. [...] A autonomia, o senso critico. Um exemplo na relação de autonomia é a própria construção do jogo, e dos conceitos do jogo que a gente trabalha quando eles tomam a decisão e sabem como se organizar nos espaços, nas diferenças que foram tratadas antes. Na questão da alteridade, que a gente trata muito da questão da relação do outro, então essa questão é dada para eles, e eles vão precisar disso no trabalho, na relação da nossa iniciativa da mesma forma quando eles chegam para a aula, e muitos contextos que pra mim é assim bastante forte, no trabalho, no mercado de trabalho, que a gente efetivamente consegue trabalhar muito dentro da Educação Física é o respeito ao outro. (P4 – Entrevista: 02/2011).

Ao mesmo tempo P4 também demonstra a necessidade de se abordar à questão da saúde e de trabalho em equipe, pois estes dois pontos são fundamentais para a formação para o trabalho.

[...] a certo nível social que esses alunos que passaram conosco terão no trabalho, as preocupações que afetam em si a questão da saúde no trabalho, e a gente, dentro dos conteúdos, os conteúdos que a gente trabalha na Educação Física, a gente vai tratar disso, a questão da saúde, a

frequência cardíaca,[...] a percepção do outro, da importância de trabalhar realmente em equipe, isso é um grande chavão da Educação Física, o trabalho coletivo, o trabalho em equipe, nos fomos percebendo de fato como que você pode ajudar o outro a não errar ou a melhorar a sua condição de trabalhador [...]. (P4 – Entrevista: 02/2011).

O professor 5 afirma que para se formar para o trabalho o fundamental é formar o ser humano, pois assim ele terá uma base concreta para atuar em qualquer setor do mercado.

Na formação do trabalhador e do ser humano. Então a base é você formar o ser humano. Porque tendo o ser humano bem formado em todo lugar que ele estiver ele vai atuar bem, em todo setor que ele estiver. (P5 – Entrevista: 02/2011).

Já P6 apresenta um argumento de que se devem instrumentalizar os alunos, sem ter como referência a questão da aptidão física ou do condicionamento físico. E a partir dessa instrumentalização os alunos seriam capazes de atuar no mercado de trabalho.

A Educação Física trabalha as potencialidades do homem em movimento. A importância nossa aqui é instrumentalizar os nossos alunos tirando como referência a aptidão física, porque eu não trabalho nessa perspectiva. Então é trabalhar esses conteúdos da Educação Física, instrumentalizando esses alunos, para que fora da escola, dentro da escola, em qualquer lugar ele possa vivenciar e colocar em prática essas experiências adquiridas na escola. (P6 – Entrevista: 03/2011).

A questão da saúde também se apresenta na fala de P6 quando este comenta sobre a necessidade dos alunos conhecerem o que é a frequência cardíaca e como ela está em seu corpo parado e em movimento.

A frequência cardíaca, o índice de massa corpórea, minhas atividades praticamente a frequência seja uma das primeiras aulas para o aluno ter uma noção de quantos batimentos tem em repouso, qual que é o máximo do batimento vivenciando uma atividade recreativa, uma atividade esportiva.

No momento da aula eu interrompo e “vamos lá, medindo a frequência”, para que eles tenham consciência disso. (P6 – Entrevista: 03/2011).

O que se apresenta de forma constante no discurso dos professores é a formação do indivíduo, em sua totalidade, e ao mesmo tempo a construção junto deste sobre conceitos e pensamentos críticos sobre diversas questões que irão influenciá-lo tanto em sua vida social quanto no mundo do trabalho. Eles ainda demonstram a importância de se trabalhar duas questões que seriam fundamentais na formação do aluno para o seu futuro trabalho: a saúde e o trabalho em grupo.

A questão da saúde é algo fortemente marcada dentro dessa instituição. E parece que não houve grandes modificações sobre essa questão nos últimos anos, o que se pode perceber principalmente através da fala de P1. Como exposto por Gariglio (1997)

[...] a Educação Física vinculada à melhoria da saúde na escola mediante o desenvolvimento físico dos alunos, a necessidade do relaxamento físico como forma de compensação das atividades escolares e a sua função ergonômica. Em relação ergonômica, a EF parece vinculada, em primeiro lugar, à melhoria da qualidade de vida dos alunos na escola devido a melhora da postura corporal em frente às máquinas nos laboratórios, no manuseio de peças laboratoriais e no uso dos computadores. Em segundo lugar, essa vinculação manifesta-se por meio do entendimento de que essa disciplina escolar seria responsável por municiar aos alunos com saberes e habilidades que os habilitariam a interferir na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no espaço produtivo. (Gariglio, 2002. p. 82).

Também é apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio¹⁹ (PCN's) de 2000, que a Educação Física pode contribuir de forma preventiva em relação à questão do stress provocado no trabalho desenvolvido pelo indivíduo. E este stress pode desencadear uma série de problemas, como:

[...] doenças psicossomáticas, como ansiedade, frustração e depressão, ou até um sentimento generalizado, de insatisfação, prejudicando as relações interpessoais. Outras causas citadas [...] são os problemas respiratórios,

¹⁹ http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 19/06/2011.

distúrbios no aparelho imunológico, hipertensão arterial, arteriosclerose, e cardiopatias. (PCN's, 2000, p. 36).

Como o aluno pode se encontrar exposto diante desses problemas, afetando dessa forma a sua saúde, a Educação Física se torna necessária, pois,

[...] a inclusão de programas escolares que valorizem o aprendizado e a prática de exercícios de elevação e manutenção da frequência cardíaca em limites submáximos, alongamento e flexibilidade, relaxamento e compensação com o objetivo profilático desencadearão, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. (PCN's, 2000, p. 36).

Portanto, a saúde é uma das questões que parecem ser legitimantes da Educação Física, não somente dessa instituição, mas como um componente pedagógico que contribuirá para a formação e atuação do indivíduo no mercado.

Ao se comparar as falas de todos os professores entrevistados, com os apontamentos feitos por Bracht (1999), a Educação Física dessa instituição parece não se prender mais a questão da aptidão física, ela já não é algo de grande importância para a produtividade no trabalho.

Outro ponto que aparece em todas as falas é relativo à formação do indivíduo, do sujeito, do ser humano, não só para o trabalho, mas principalmente proporcionando uma formação geral sobre os diversos conteúdos, sobre os diversos temas, e então dessa forma proporcionar uma formação para o trabalho.

De acordo com Bracht (1999), essa formação se torna importante, o que seria para ele a “redescoberta” do corpo do ser humano, do sujeito histórico.

[...] o entendimento do corpo, do reconhecimento da sua importância ontológica, ou seja, para entender o próprio homem, recuperando para a sensibilidade, para a dimensão sensível e/ou estética prestígio frente à razão, quer dizer, o corpo que sempre foi algo hierarquicamente secundarizado frente a razão, parece que começa a recuperar uma certa dignidade ontológica, ou seja ele é importante, a dimensão corpórea do homem também é importante para o ser humano e não menos importante que a dimensão racional. [...] (Bracht, 1999, p. 9).

4.2. A proposta pedagógica e suas contribuições para a formação do aluno do ensino médio de nível técnico.

As competências da educação física nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio²⁰ (PCN's) de 2000 estão incluídas dentro das capacidades de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Através da educação física os alunos obterão um aprendizado que será expresso pelo corpo, pelos movimentos corporais. Ou seja, todo o conhecimento do indivíduo, todo o seu aprendizado, será vivenciado e transmitido ao outro através de uma comunicação corporal.

A comunicação corporal entre os indivíduos tende a acontecer quando estes tem a consciência de seus corpos sensíveis, repletos de vontade e intencionalidade. Portanto a receptividade e a transmissão de informações através dos movimentos corporais entre os indivíduos acontecem de maneira natural e espontânea, sucedendo-se entre eles um elo de ligação preso pela sensibilidade. A comunicação é uma negociação entre pessoas, um ato criativo. E quando nós nos comunicamos formamos um sistema de interação e reação integrado em harmonia. (PCN's, 2000, p. 38).

Esse corpo não deve ser simplesmente considerado como um instrumento que reproduz movimentos e ações determinadas. E a proposta pedagógica, não somente da instituição analisada nesta pesquisa, como também de outras escolas, deve se preocupar com esse corpo, com a formação desse ser humano, com a comunicação que haverá entre os diversos indivíduos através dos movimentos corporais.

Foi perguntado aos professores de Educação Física desta instituição se havia uma proposta pedagógica e a maioria afirmou que não. No entanto, cada um apresentou a sua maneira de desenvolver a disciplina com os alunos.

Para P1 e P5, o que existia até então era um programa a ser seguido, que foi elaborado por professores mais antigos, e que acabou se mantendo como um direcionamento para as aulas.

²⁰ http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 19/06/2011.

Eu que sou mais antigo aqui, em termos de professor um dos mais antigos, mas inicialmente quando eu entrei era uma proposta didática que os certos elaboravam, que o clã, a chefia elaborava e a gente seguia [...] professores mais antigos que adoravam o regime militar, então a gente seguia o plano deles, né, e não tinha liberdade de criar, e depois foi mudando, foi saindo com o tempo com a aposentadoria, foi saindo, transferido, porque tinha transferência, e aí cada professor teve a liberdade de criar a sua aula, mas nunca teve um direcionamento até hoje da escola sobre uma proposta curricular. (P1 – Entrevista: 10/2010).

Olha a proposta pedagógica, já tem 15 anos que estou aqui e agora que ela está querendo sair do papel. Existia era um programa em comum que a gente cumpria [...]. (P5 – Entrevista 02/2011).

A questão militarista foi predominante nesta instituição, principalmente porque a formação dos professores foi constituída por uma educação militar. Mas atualmente o que se percebe é que esta questão vem perdendo forças, e os atuais professores procuram trabalhar com a Educação Física em outras dimensões, com outras perspectivas. Pode-se perceber um resquício dessa militarização quando os professores falam que a Educação Física “disciplina” os alunos, na questão de horários, dos compromissos, da adequação da roupa para a prática de atividades.

Para P6, não existe na disciplina um projeto hegemônico, e cada professor cria seu próprio projeto, sua própria forma pedagógica de ensinar conteúdos.

[...] primeiro não existe uma proposta única aqui [...]. É a mesma coisa de a gente ter um quebra cabeça sem saber a figura que a gente quer montar. É então, é uma espécie de Frankenstein. Os professores aqui, inclusive nós estamos com um projeto para este ano de formar de um projeto pedagógico único, claro cada um com suas leituras, interpretações, mas nós não temos isso, então cada professor trabalha de uma forma específica. (P6 – Entrevista 03/2011).

O professor 4 afirma que a proposta pedagógica elaborada pelos professores já foi aceita desde dezembro de 2010. Analisando as diferentes falas, talvez esteja ocorrendo ainda um processo de aceitação dessa atual proposta por parte dos professores, e por isso a maioria prefira dizer que essa proposta ainda não existe, dando continuidade a um trabalho que já era desenvolvido anteriormente.

Quando perguntado para os professores se eles viam alguma diferença entre a Educação Física ministrada na instituição de ensino médio de nível técnico, e as demais escolas públicas, estaduais e privadas, a maioria respondeu que não, e que se houver alguma diferença, ela se diferencia pouco. Muitos já tiveram a oportunidade de trabalhar em outras escolas além desta instituição, e veem que atualmente a Educação Física se apresenta da mesma maneira.

Para P2 e P5, a Educação Física se diferencia em relação às questões de trabalho. Nesta instituição possuem melhores condições de trabalho do que em relação a outras escolas.

Diferente principalmente pela própria condição de espaço e de materiais que a maioria das escolas hoje não existe, mediante a condição que a gente tem aqui. (P2 – Entrevista 10/2010).

O que diferencia é da seguinte forma, não que a Educação Física seja diferente, mas aqui nos temos melhores condições de trabalho do que lá fora. Nas escolas já não tem as mesmas quadras, não tem material, tem alunos turmas excessivamente grandes, [...], então que o professor ganha muito pior do que aqui, então eu acho que temos uma condição de trabalho melhor do que outros. E isso facilita o nosso trabalho. (P5 – Entrevista 02/2011).

Mas então como essas diferentes metodologias pedagógicas, apresentadas pelos diferentes professores, contribuem na formação dos alunos do ensino médio de nível técnico?

Cada professor demonstra uma forma de contribuição a partir da sua metodologia. O que se percebe presente em todas as falas é a questão do esporte. O esporte é uma das principais atividades realizadas com os alunos. Alguns professores parecem trabalhar somente com o esporte ao longo de todo o ano. Para Bracht (1999) o esporte se legitimava na sociedade através de um discurso de que era importante para a saúde e para a educação.

Dentro dessa instituição essa legitimidade do esporte parece permanecer como dito anteriormente, mas os professores também buscam ensinar várias concepções através do esporte, não se prendendo somente à questão da saúde.

P5 apresenta que se deve desenvolver diversas competências da Educação Física principalmente através dos diversos esportes por estes permitirem principalmente o trabalho em grupo, em equipe.

[...] se você trabalha no coletivo, como por exemplo, todos os esportes trabalham com o coletivo, aí você desenvolve muita coisa, como viver em sociedade, aceitação do outro, tolerância, liderança, como trabalhar em grupo, como se articular, nas tarefas, nas divergências, se está errado as competências ou não, tudo você consegue observar claramente nos grupos que se formam. Pessoas que não são capazes de trabalhar em grupo, pessoas que tem uma profunda facilidade, [...] uns que não são bem aceitos pelo grupo, outros que são extremamente bem aceitos, tudo isso você consegue no trabalho em grupo. O tempo todo. E isso vai refletir na forma também na sociedade, em casa, na escola, no trabalho. (P5 – Entrevista 02/2011).

Já P2 acredita que a contribuição acontece principalmente por discussões sobre diversos elementos que aparecem durante a aula. Ou então discussões que podem ser levadas para a aula. Então as atividades propostas seriam um meio para essas discussões.

[...] acho que a maior contribuição está talvez muito mais nas conversas que a gente tem diretamente sobre as questões políticas, sociais, saúde ou qualquer que seja, esportivas, eu acho que a minha colaboração é muito maior nesse sentido do que propriamente dito com a parte técnica da aula. Eu acho que essa parte de atuação do professor de Educação Física tem uma proximidade muito grande com os alunos que professores de outras disciplinas não tem. Acho que a gente tem que saber usar isso. Essa chance de proximidade. [...] eu acho que tem que ser por aí, eu acho que área de atuação é melhor, questões de defeito, de interação, de vida, comunidade, coisas desse tipo acho que é muito mais facilmente abordados por um professor de Educação Física do que por um professor de uma disciplina totalmente teórica, por causa também da própria afinidade [...]. (P2 – Entrevista: 10/2010).

Para P6 as suas contribuições passam pelas questões do lazer e da corporeidade. De acordo com ele são elementos poucos trabalhados e de difícil

abordagem. A questão do lazer desenvolveria nos alunos um pensamento crítico. E a questão da corporeidade no sentido de criar relações sociais com o outro.

[...] não deixa de ser um espaço de lazer. A gente às vezes tem muita dificuldade de lidar porque a relação de uma escola profissionalizante com a Educação Física muita gente associa com o mundo do trabalho e com momento de lazer. O Valter Bracht levanta uma reflexão [...] quer dizer muito mais do que a pratica pela pratica, os alunos pensarem, “pra que a Educação Física?”, “de que forma ela pode colaborar em sua formação?” não só enquanto um trabalhador mais na sua formação humana? [...] o Valter coloca a Educação Física como espaço do não pensar, é só do lazer pelo lazer, e ai a gente começa a fazer os alunos a pensarem um pouquinho nesse lazer, um lazer mais critico, um lazer mais problematizado, então é uma opção de lazer, é claro, porque não? Mas é um lazer que vai instrumentalizar esse aluno que ao sair da escola, quando ele estiver trabalhando suas oito horas por dia, ou seja lá a ocupação profissional dele, ele possa ter também o direito de oportunizar novas atividades aprendidas aqui, construídas aqui na sua vida pessoal, então acho que essa é uma forma de estar colaborando na formação desses nossos alunos. A questão da corporeidade, e eu acho que há uma questão central, fala-se muito em competência do trabalhador, mas fala-se muito pouco da competência relacional. E dos conteúdos, a grade curricular, de uma escola profissionalizante, a Educação Física é um dos poucos conteúdos que na minha opinião trabalha a competência relacional. Socialização, respeito pelas diferenças, a relação com o próprio corpo, quer dizer alunos muito tímidos [...], a Educação Física ela pode romper um pouco dessa timidez, mesmo porque o mercado de trabalho é um mercado predador, é realmente um mundo muito predador, então eu acho que, a formação, a competência relacional talvez seja uma das grandes contribuições da Educação Física. (P6 – Entrevista 03/2011).

Já os professores P3 e P4 desenvolvem com os alunos exatamente o que se encontra na atual proposta aprovada em 2010. Antes mesmo de ser aprovada, eles já desenvolviam atividades que teriam como eixo central os objetivos presentes na atual proposta pedagógica. Assim em suas falas, apresentam um pouco desse novo projeto e como que ele poderá contribuir na formação dos alunos.

[...] ela consegue abraçar todas as tendências, o que você acredita que a Educação Física deve seguir da para colocar dentro da minuta, ela é bem abrangente, então eu acredito que vai ficar uma proposta bem interessante. Que Vai trabalhar toda a questão de diversas, diferentes conteúdos de diferentes series, e com a evolução de serie para serie, com o tipo de conteúdo que a gente vai estar trabalhando, dentro da perspectiva do conhecer, do fazer e do aprimorar, mais ou menos nessa margem de sequencia. (P3 – Entrevista: 02/2011).

[...] eu caracterizaria essa proposta como um marco, um marco qualitativo enorme para a *instituição* e para os nossos alunos. Este marco significa que hoje nos sabemos o que, quando, e porque vamos trabalhar com os meninos. E como alunos de um curso profissional técnico de nível médio como esta disciplina está e vai contribuir. [...] De fato e definitivamente e objetivamente, nós enquanto disciplina básica numa escola de educação profissional técnica de nível médio vamos contribuir para o processo formativo dos meninos. Isto esta na proposta, [...] de como eu vejo a importância para o trabalhador, na questão da importância do processo histórico, de como se inicia a disciplina do ponto de vista histórico, e a história das turmas. Saber que os nossos alunos são históricos da mesma forma que vem para nos com esta historia e isso tem que ser requintado, e ela está lá. Essa relação da alteridade, que é a preocupação com o outro, ela está lá. A questão da saúde, ela está lá. A relação da sexualidade, ela está lá. Vamos falar também, acho que é importante falar isso, acho que é importante frisar isso, está lá o esporte. O histórico do esporte, na instituição o esporte, também esta lá. As relações com o próprio corpo, está lá. De entender porque se trata tanto hoje o corpo com a preocupação com a saúde, mas também se trata, se pensa o corpo de uma forma universalizada e não individualizada, isso também esta lá. O lazer está presente na proposta, que é outra coisa fantástica, que e o lazer como pertinência a mercado de trabalho talvez seja um dos mais fortes conteúdos que a gente tenha ali, por entender o efeito de lazer, do pra que o lazer, que quando associado que eu acho fantástico para entender o mercado, no que diz respeito a reposições, da forma de lazer como ele é colocado a disposição, entre aspas, do trabalhador, então tudo isso marca de uma maneira extremamente positiva do ponto de vista qualitativo a proposta pedagógica. (P4 – Entrevista: 02/2011).

De certa maneira, analisando a fala de P4, todos os professores desenvolvem as questões que estão presentes na proposta pedagógica aprovada. No entanto cada professor está desenvolvendo somente algumas dessas várias questões, o que pode gerar um déficit na formação do aluno. Se existem tantas questões, tantos objetivos a serem alcançados pela proposta, tratar e focar em apenas alguns desses não permite que o aluno se desenvolva em sua totalidade.

4.3. A Educação Física: prestígio no currículo da instituição

Para Gariglio (2002) a Educação Física possuiu um lugar de prestígio na instituição devido à questão de espaços, de materiais pedagógicos, cada professor possuía um número de alunos menor do que as outras disciplinas de formação geral, uma carga horária maior em relação a muitas disciplinas, e por possuir um departamento próprio. Além disso, ela também recebia esse lugar de prestígio por ser a disciplina que principalmente tratava da educação corporal, vinculada as questões de saúde.

Esse lugar de prestígio não necessariamente legitima a Educação Física, mas poderia ser benéfica para a formação dos alunos, visto o apoio recebido pela própria instituição, e o reconhecimento dado pela comunidade escolar. E a partir do momento em que ela contribui para a formação do indivíduo, sua atuação pode se tornar legítima.

Ao se perguntar para os professores se eles acreditavam que a Educação Física possui um lugar de prestígio na instituição apenas um afirmou negativamente. Todos os outros afirmaram que a Educação Física apresenta sim um lugar de prestígio que foi construído historicamente. Atualmente para alguns esse lugar de prestígio não está de forma tão evidenciada quanto antes.

O professor 4 apresenta uma explicação do porque este lugar de prestígio até os dias atuais.

Concordo com essa afirmação, e o motivo é histórico. Temos um departamento de Educação Física na rede federal. É a única instituição, acho que agora tem mais uma em Goiás, mas é recente, a de Goiás é de

2008, é de 2008 para cá, e até então a única instituição que tinha um departamento de Educação Física, constituído como tal na rede federal. E isso aconteceu porque a Educação Física na *instituição* ao longo do tempo era vista como uma disciplina contributiva para as ações disciplinares da escola. Era uma Educação Física muito pra fora, com um departamento que trabalhava muito pra fora. Na nossa sala nos temos “n” troféus, premiações que os nossos alunos, a nossa instituição tinha ao longo do tempo, teve ao longo da história. A *instituição* participava de evento, invariavelmente era campeão desses eventos, e muitos terceiros lugares de competições estudantis importantes e até particulares, federadas inclusive. Isso deu muita visibilidade à Educação Física, ao departamento era muito extenso. O festival de dança o ginásio não cabia. Era distribuídos convites no festival de danças. Então essa Educação Física feita para fora, [...], ela contribuiu imensamente com essa escola, e o departamento tem o prestígio e o privilegio que ele tem hoje, porque continua tendo, embora tenha decaído na minha opinião, um pouco, mas tem. Tem porque conquistou isso ao longo do tempo, através dessas situações que eu te relatei há pouco. Então as políticas públicas uma vez criadas para o ensino técnico de nível médio, o departamento de Educação Física era o primeiro a aceita-lo, na década de 70 e 80 por exemplo, [...], o departamento embarcou nessa história na hora. Então todas as políticas criadas na época o departamento de Educação Física concordava, então era o prestígio e o privilegio eram muito grande. Concordavam com as políticas institucionais [...] abasteciam de privilégios essa disciplina. Quando se precisava de pessoas, e isso tem um relato histórico numa matéria de mestrado, quando tinha problemas disciplinares na instituição, quem resolvia eram os professores de Educação Física. Então foi nesse sentido que ela teve essa projeção e tem, continua tendo, embora tenha diminuído um pouco porque esses eventos que a Educação Física faz para fora ela reduziu significativamente. (P4 – Entrevista: 02/2011).

P2 ainda acrescenta

Tínhamos muito respeito por causa da força, da seriedade, e da organização do trabalho, um trabalho que era realmente coletivo do sistema de departamento, então todo mundo unido apesar de opiniões divergentes em relação a como deveria ser a Educação Física tem varias coisas, mas mesmo com divergências assim antes o trabalho era coletivo, uma linha só. (P2 – Entrevista: 10/2010).

Mais uma vez a questão militarista parece ter influenciado completamente na questão do prestígio que a Educação Física conquistou dentro da instituição. Pois era ela que de certa forma mantinha a ordem nos diversos lugares da instituição, conseguia organizar vários eventos, participava das questões políticas.

Com o passar do tempo esse prestígio da Educação Física teve uma decaída, como apresentado anteriormente por P4 e P2, mas de acordo com P3, ela voltará a ter um grande prestígio dentro da instituição se ela conseguir consolidar uma proposta pedagógica que a diferencie das demais disciplinas e da sua atual colocação.

O que eu acho fundamental nessa história é a gente conseguir colocar mesmo uma proposta pedagógica pra Educação Física ou fazer com que a Educação Física tenha um diferencial, vamos dizer assim, em relação ao que normalmente acontece na Educação Física nas diferentes escolas de ensino médio, [...] esse plano pedagógico passa a ter uma avaliação mais estruturada, e para você ter uma avaliação mais estruturada [...] você precisa de um plano mais estruturado. Um plano estruturado você precisa de um objetivo claro, que eu acho que hoje a Educação Física tem N objetivos. Se a gente tem um objetivo claro a gente consegue fazer um plano bom, a gente consegue avaliar dentro desse plano, uma avaliação boa, então pra mim o que é fundamental, o grande ganho, talvez o grande pulo, para a volta da Educação Física, para uma manutenção da Educação Física enquanto uma disciplina prestigiada dentro da instituição. (P3 – Entrevista 11/2010).

O fato de a Educação Física possuir um prestígio dentro da instituição pode contribuir para um reconhecimento dessa disciplina, e então, ser um dos pontos favoráveis para a sua legitimação. Não quer dizer que somente esse prestígio legitimará a Educação Física, mas ele pode contribuir nesse processo.

5.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tentou realizar algumas reflexões a respeito do processo de legitimação da Educação Física em uma instituição de ensino médio de nível técnico.

Num primeiro momento buscou-se compreender a historicidade a respeito da educação profissional no Brasil e o seu vínculo com o ensino médio. Essa busca foi de grande importância para entendermos como a Educação Física atuou no ensino médio, desde o início da educação profissional integrada à educação básica. Foi possível constatar alguns fatores, entre eles o de que até meados da década de 90, o ensino da Educação Física era realizado de maneira a preparar o indivíduo para o processo produtivo. Essa preparação se deu no âmbito da aptidão física, da saúde, da disciplina, preparando os corpos através de atividades e do esporte para atuarem no trabalho. Além disso, o trabalho era abordado como um dever do ser humano, e o lazer como uma recompensa desse trabalho.

A Educação Física então era legítima por esses elementos que preparavam os indivíduos para o trabalho, e que hoje já não a sustentam mais. Dentro da instituição utilizada para essa pesquisa esses elementos ainda são desenvolvidos com os alunos, de uma forma diferenciada, visando muito mais a formação do ser humano e não uma formação para o trabalho, mas mesmo assim, não se pode dizer que são eles que contribuem para o processo de legitimação. Sem essa sustentação, a Educação Física parece ter permanecido no currículo muito mais por uma questão histórica, por um prestígio que foi alcançado ao longo do tempo, mas que vem perdendo aos poucos essa visibilidade. Essa permanência, também, pode ter ocorrido pelo fato da obrigatoriedade da Educação Física, pela LDB, em todas as escolas de nível médio.

Numa tentativa de legitimá-la dentro dessa instituição, foi elaborada no final de 2010, uma nova proposta pedagógica para a Educação Física, na qual ainda não se fundamenta uma justificativa para essa disciplina no currículo, mas apresenta novos objetivos a serem alcançados e se baseia numa perspectiva “na qual corpo e cidadania são os elementos estruturantes a partir dos quais a Educação Física escolar trata o conhecimento, constituindo ainda o eixo de trabalho proposto para a disciplina”.

Essa proposta pode ser um passo para se conseguir legitimar a Educação Física neste espaço, mas não será somente ela que justificará a presença dessa disciplina no currículo escolar.

Outro ponto importante é de que os professores parecem estar perdidos em relação ao trabalho que deve ser desenvolvido. Cada um aborda a questão que sob seu ponto de vista é fundamental para a formação do indivíduo. Talvez quando todos trabalharem sob uma mesma perspectiva, com um mesmo referencial, a Educação Física passará a ser vista de maneira significativa, tornando-se tão importante quanto qualquer outra disciplina da formação geral, na formação humana, se legitimando não mais sobre uma base corroída, como diria Bracht, mas criando novos pontos de sustentação que realmente a dignifique enquanto uma disciplina da grade curricular de uma instituição de ensino médio de nível técnico.

6.0. REFERÊNCIAS

BRACHT, V.A constituição das teorias pedagógicas da educação física. CADERNO CEDES. Campinas, n. 48, p.69-87, 1999.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/99, de 5 de outubro de 1999. Trata das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível médio. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 1999. p. 274-309. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer_1699.pdf>. Acesso em: 23/05/2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 20 de dezembro 1996. 31 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 01/06/2011.

BRASIL. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. 60 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30/05/2011.

FISCHER, M.C.B. ; FRANZOI, Naira Lisboa . Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. Educação, Sociedade & Culturas, v. 29, p. 33-49, 2009. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>>. Acesso em: 05/06/2011.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. 340 p.

GARIGLIO, J.A. O ensino da educação física nas engrenagens de uma escola profissionalizante. 1997. 269 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

GARIGLIO, J. A. A Educação Física no currículo de uma escola profissionalizante: um caso sui generis. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 23, n. 2, p. 69-88, 2002.

KUENZER, A. O trabalho como princípio educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 166 p.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia científica. 5. ed. 2.reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Parte II – Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília. 2000. 71 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 19/06/2011.

SANTOS, R. C. F. A; ARANHA, L. Ginástica laboral e educação física: a educação corporal no processo de qualificação do corpo do trabalhador. In: ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO - HISTEDBR, 2007, Campinas/SP. Anais do Encontro de Estudos e Pesquisas em História, Trabalho e Educação: História, Trabalho e Educação - possibilidades e perspectivas para a investigação, 2007.p.1-15. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO S/R/Roger%20carlos%20ferreira%20alves%20santos.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO%20S/R/Roger%20carlos%20ferreira%20alves%20santos.pdf)>. Acesso em: 02/06/2011.

SAVIANI, D. . Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, p. 152-165, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 02/06/2011.

SAVIANI, D. ; Duarte, N. . A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. Revista Brasileira de Educação, v. 15, p. 422-433, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02.pdf>>. Acesso em: 02/06/2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Legislação básica – técnico de nível médio. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12683%3Atecnico-de-nivel-medio&catid=190%3Asetec&Itemid=861>. Acesso em: 20/03/2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Ações e artigos – Diretrizes curriculares nacionais para educação profissional técnica de nível médio. Brasília. 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12924:artigos&catid=190:setec>. Acesso em: 10/04/2011.

SOARES, C. L. Educação Física: raízes européias e Brasil. 2ª ed. rev. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001. 160p.

SOARES, T. S; TRINDADE, J. G. O trabalho como princípio educativo e sua dupla dimensão no capitalismo. Paraná. 2007. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/jussaragtrindadeesolangetoldosoares.pdf>>. Acesso em 05/06/2011.

APÊNDICES

Apêndice I

ENTREVISTA COM PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

1. Nome?
2. Cargo dentro do CEFET?
3. A quanto tempo está neste cargo?
4. Já atuou em outros cargos dentro desta instituição? Quais?
5. Qual é a importância da educação física na formação do trabalhador? Porque a educação física pode contribuir para essa formação?
6. Existe uma proposta pedagógica dessa disciplina no CEFET? Como você caracterizaria essa proposta?
7. De que forma essa proposta pedagógica contribui para a formação dos alunos do ensino médio profissionalizante?
8. Para você, a educação física ministrada no CEFET-MG se diferencia das outras escolas de ensino médio (municipais, estaduais ou privadas) que não são técnico/profissionalizante? Se sim, quais seriam essas diferenças?
9. A educação física desta instituição parece possuir certo prestígio no currículo. Você concorda com essa afirmação? Se sim, porque ela possui esse lugar de prestígio?

Apêndice II

Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG
Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional-EEFFTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa – OS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NUMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO –, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: Os processos de legitimação da educação física numa escola profissionalizante: o papel da Educação Física na formação do técnico de nível médio.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Joelma Lilian da Silva

ENDEREÇO:

TELEFONE:

Email:

OBJETIVO GERAL:

- Compreender os processos de legitimação da educação física em uma Escola Profissionalizante e Tecnológica (EPT).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar os documentos que regulamentam a instituição, o currículo, e os projetos pedagógicos da Educação Física;

- Compreender os sentidos e significados dos professores sobre a contribuição da Educação Física na formação do aluno;
- Investigar como a educação física é abordada nos diferentes meios de comunicação da instituição (site, jornal, jornalzinho etc.).

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO:

Se você concordar em participar da pesquisa, terá que responder a uma entrevista (gravada) sobre educação física e sua legitimidade numa escola profissionalizante.

Participarão deste estudo aproximadamente 5 Professores de Educação Física, 4 coordenadores dos cursos técnicos, Diretor Geral, Vice Diretora, e o Diretor Do Ensino Profissionalizante e Tecnológico. Para atingir os objetivos da pesquisa, elegi como instrumento de coleta de dados: análise documental e entrevista.

A - Análise documental:

Essa pesquisa terá como propósito recolher informações prévias do campo de pesquisa. Verificando as informações a cerca do modo que a educação física se legitima numa EPT. Para isso pretendo analisar algumas fontes de documentos, como: O projeto político pedagógico, o plano de desenvolvimento institucional, o projeto político institucional, jornaizinhos, site, e outras fontes de informação sobre a educação física nesta instituição.

B-Entrevista:

Será feita algumas perguntas sobre educação física e sua legitimidade dentro de uma EPT. Esta entrevista será realizada á professores do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-MG, coordenadores de cursos técnicos e coordenação da instituição.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Você não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação e também não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à sua participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Asseguro sigilo e privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do pesquisador responsável: _____
Joelma Lilian Da Silva

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG: _____,
CPF: _____, declaro que li as informações contidas nesse documento,
fui devidamente informado(a) pelo pesquisadora – Joelma Lilian Da Silva – dos
procedimentos que serão utilizados, custo/reembolso dos participantes,
confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-
me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso
leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de
Consentimento.

LOCAL E DATA:

Belo Horizonte,/...../.....,

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO:

(Nome por extenso)

(Assinatura)